



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 16/2026 – SD

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO, POR MEIO DA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS DO JORDÃO E A
EQUUS EQUOTERAPIA LTDA.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 45.699.626/0001-76, com sede na Av. Januário Miráglia, 893, Abernêssia, em Campos do Jordão, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, e o Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social o **Sr. VENÍCIO JOSÉ DO PRADO**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e de outro a **EQUUS EQUOTERAPIA LTDA.**, empresa privada inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob n.º 23.407.501/00001-92, neste ato representado pelo **Sr. CRISTIANO CHAGAS GATI**, portador da cédula de identidade RG nº 26.439.260-7 SSP/SP e do CPF nº 122.101.718-73, de acordo com seu contrato social, estabelecido na cidade de Tremembé/SP na Avenida Agostinho Manfredini, nº 905, Bairro dos Guedes, Tremembé/SP, CEP 12125-832, simplesmente denominada **ENTIDADE PARCEIRA**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seu artigo 184, e demais normas aplicáveis à espécie, devendo os serviços serem executados de acordo com a descrição do Plano de Trabalho, bem como as demais normas jurídicas pertinentes, executando o disposto nos artigos 203 e 227 da Constituição Federal, as previsões constantes da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão), bem como o disposto no artigo 13, inciso I, alínea 'a', e artigo 184, caput, da Lei Orgânica do Município de Campos do Jordão, em razão da delegação de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 7.738/17, celebram o presente Termo de Colaboração mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente termo de colaboração tem por objeto a prestação de serviços especializados em equoterapia para atendimento de pessoas com deficiência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

São obrigações do MUNICÍPIO por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social:

I – Transferir à ENTIDADE PARCEIRA recursos financeiros consignados na cláusula quarta do presente termo de colaboração, mediante repasse em parcela única que onerará dotação da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

II – Apoiar, assessorar, fiscalizar e participar da implantação e do desenvolvimento do Plano de Trabalho em parceria com a ENTIDADE PARCEIRA;

III – Supervisionar, acompanhar e proceder periodicamente qualitativamente e quantitativamente às atividades destinadas à ENTIDADE PARCEIRA em decorrência deste termo de colaboração, propondo a qualquer tempo reformulações que entender cabíveis designando técnicos do seu quadro para realizar o acompanhamento e a avaliação deste termo de colaborações, observado a legislação pertinente e as normas de controle interno e externo;

IV – Assinalar prazo para que a ENTIDADE PARCEIRA adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de retenção das parcelas dos recursos financeiros;

V - Apresentar ao final de cada etapa e/ou fase prevista no Plano de Trabalho, Relatório Técnico (laudo) acerca do estágio de sua execução, atestando, sendo o caso, o seu cumprimento, para a liberação das parcelas correspondentes as etapas e/ou fases de execução seguintes;

VI - Providenciar o registro contábil adequado e manter atualizado controle sobre os recursos liberados e sobre as prestações de contas apresentadas;

VII - Inscrever a ENTIDADE PARCEIRA como inadimplente – Sistema de Contabilidade e Finanças do MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO nas hipóteses previstas na legislação vigente e aplicável;

VIII - Proceder a publicação resumida deste Termo de Colaboração e de seus aditamentos na Imprensa Oficial, no prazo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

São obrigações da ENTIDADE PARCEIRA:

I – Executar as ações a que se refere à Cláusula Primeira, de acordo com o presente termo de colaboração;

II – Zelar pela Manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas em parcerias com o MUNICÍPIO.

III – Assegurar ao MUNICÍPIO, através de equipe técnica, as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão e avaliação do desenvolvimento da execução das atividades, objeto deste termo de colaboração, adequando-se aos parâmetros e requisitos mínimos exigidos;

IV – Manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste termo de colaboração;

V - Movimentar os recursos relativos à este Termo em conta bancária específica, utilizando transferência eletrônica disponível, ou outros meios de transferência bancária, observado o disposto na legislação vigente e aplicável;

VI - Utilizar, quando da aplicação dos recursos relativos a este Termo, documentação idônea para comprovar os gastos respectivos;

VII - Realizar as atividades constantes no Plano de Trabalho com o acompanhamento do responsável técnico indicado no Plano de Trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

- VIII - Manter escrituração contábil regular, prestar contas dos recursos financeiros recebidos na forma prevista neste Termo;
- IX - Apresentar relatório de execução físico-financeiro, informando o percentual realizado do objeto e sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos, na periodicidade prevista neste Termo;
- X - Aplicar os recursos previstos neste Termo, inclusive os rendimentos auferidos, exclusivamente na execução do objeto deste Termo;
- XI - Realizar cotação de preços, para aquisição de bens e serviços necessários a execução deste Termo, sempre em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência;
- XII - Assumir por sua conta e risco as despesas referentes às multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos;
- XIII - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução;
- XIV - Ressarcir ao MUNICÍPIO, eventuais saldos apurados e/ou valores irregularmente aplicados;
- XV - Divulgar em seu sítio eletrônico oficial, quando houver, e em local visível de sua sede, as informações relativas à presente parceria, bem como manter disponíveis os documentos e informações necessários à fiscalização e ao controle pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

I – O valor do presente termo de colaboração é de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, referente às **EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 2495 de 12 de dezembro de 2025**, de autoria da **VEREADORA SUEMY OYA MINAMI**; **Nº 2491 de 12 de dezembro de 2025**, de autoria do **VEREADOR EDER CARLOS DE OLIVEIRA**; **Nº 2474 de 11 de dezembro de 2025**, de autoria do **VEREADOR ELIAS CARLOS PENA**; **Nº 2472 de 11 de dezembro de 2025**, de autoria do **VEREADOR GILMAR JOSÉ DOS SANTOS**; e **Nº 2468 de 11 de dezembro de 2025**, de autoria do **VEREADOR RICARDO MALAQUIAS PEREIRA JUNIOR**;

II – O valor será repassado em uma única parcela de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)** e deverá ser depositado em conta específica a ser indicada ao MUNICÍPIO pela ENTIDADE PARCEIRA;

III – Os saldos deste termo de colaboração, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu saldo for igual ou superior a 30 (trinta) dias;

IV – As receitas financeiras auferidas na forma acima serão obrigatoriamente computadas a crédito do termo de colaboração e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;

V - Quando da extinção deste Termo, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidas ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

tomada de contas especial, providenciada pelo MUNICÍPIO;

VI - O repasse dos recursos previstos nesta cláusula ficará automaticamente suspenso, e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste Termo, especialmente quando:

- a) Houver evidências da irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) Quando contestado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou inadimplemento da ENTIDADE PARCEIRA em relação a obrigações estabelecidas neste Termo.
- c) Quando a ENTIDADE PARCEIRA deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUINTA - DO MONITORAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO:

O MUNICÍPIO:

I - Exercerá as atribuições de monitoramento, fiscalização e avaliação da execução deste Termo, além do exame das despesas realizadas, a fim de verificar a correta utilização dos recursos correspondentes, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do seu objeto;

II - Fica assegurado o livre acesso dos agentes da Municipalidade e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e outros órgãos fiscalizadores, devidamente identificados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os documentos, informações, atos e fatos praticados, relacionados direta/indiretamente a este Termo, quando em missão fiscalizadora e/ou de auditoria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

III - O (s) parecer (es) e/ou relatório (s) técnico (s) elaborado (s) pelo agente público indicado para realizar o acompanhamento e a avaliação da execução deste Termo, deverá (ão) atestar o percentual físico de realização do objeto, se este percentual é compatível com o montante financeiro dos recursos repassados, bem como se foram atingidos os fins propostos, e, ainda, contemplar, as seguintes informações:

a) Quando o objeto for intangível, no todo ou em parte, considerando-se intangíveis aqueles objetos para os quais não há resultado físico aferível posteriormente, consubstanciados na realização de eventos, treinamentos, festas populares ou outros assemelhados; mencionará e apresentará evidências dos meios empregados para a fiscalização e verificação da sua regular execução, tais como registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos e divulgação, publicações produzidas, listas de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos, cabendo às unidades de controle dos órgãos e entes repassadores de recursos à manutenção de um plano de fiscalização e acompanhamento das fases e metas desses objetos.

IV - No caso de Termo de Colaboração com objeto intangível, diante da eventual indisponibilidade dos elementos previstos na alínea "a" do inciso III desta CLÁUSULA QUINTA, para a verificação da execução do objeto e alcance dos fins propostos, o responsável pela fiscalização poderá fazer uso da coleta e registro formal de depoimentos de autoridades locais ou de representantes da ENTIDADE PARCEIRA, devidamente identificados por nome, endereço,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

números do CPF e RG além de outros instrumentos probatórios que considere pertinentes.

V - O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo MUNICÍPIO não excluem e nem reduzem as responsabilidades da ENTIDADE PARCEIRA de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações/serviços desenvolvidos para execução do objeto deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

I - A ENTIDADE PARCEIRA deverá encaminhar ao MUNICÍPIO prestações de contas de todos os recursos recebidos quadrimestralmente, ao final do exercício financeiro e final (encerramento do termo), no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do término do quadrimestre, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Relatório de Execução Físico-Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, bem como descrição dos valores repassados no período e a rentabilidade auferida no período da prestação de contas para cada fonte de recurso recebido;
- c) Notas e comprovantes fiscais originais, incluindo recibos, com respectivas cópias legíveis, emitidos em nome da organização da sociedade civil;
- d) Lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- e) Comprovante de recolhimento de encargos trabalhistas mês a mês, com detalhamento de cada funcionário, quando for o caso;
- f) Demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, assinado por profissional responsável pela contabilidade, contendo elementos que permitam a adequada correlação entre os documentos de despesas e o plano de trabalho;
- g) Conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica, cópia dos documentos comprobatórios da cotação de preços dos bens e serviços adquiridos, com demonstração e justificativa expressas da opção utilizada;
- h) Relação de bens eventualmente adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Termo;
- i) Livro de escrituração fiscal dos serviços tomados pela entidade beneficiária mês a mês;
- j) Comprovante do recolhimento do saldo de recursos à conta corrente indicada pelo MUNICÍPIO.

II - Os comprovantes de pagamento referidos na alínea "c", do inciso I desta CLÁUSULA SEXTA deverão estar consubstanciados nos seguintes documentos:

- a) Nos pagamentos a pessoas jurídicas, notas ou cupons fiscais das aquisições de bens de consumo ou de serviços, devidamente atestado ou certificados pela unidade competente quanto à conformidade do item recebido com os termos da contratação, com identificação do responsável e data que efetuou a conferência;
- b) Nos casos de pagamentos de prestações de serviços, sujeitas ao pagamento pelo regime celetista, a folha de pagamento e guias autenticadas de recolhimento dos encargos sociais (FGTS e INSS);
- c) Nos pagamentos de prestações de serviços, sujeitas ao pagamento do Imposto Sobre



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e disciplinadas por Lei, os comprovantes de recolhimento do referido tributo.

III - Quando o objeto for inatingível, no todo ou em parte, considerando-se intangíveis aqueles objetos para os quais não há resultado físico aferível posteriormente, consubstanciados na realização de eventos, treinamentos, festas populares ou outros assemelhados; o relatório de execução físico-financeiro deverá contemplar registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos de divulgação, publicações produzidas, listas de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos.

IV - O demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, referido nas alíneas "f", do inciso I desta CLÁUSULA SEXTA incluirá, além dos recursos relativos à contrapartida da ENTIDADE PARCEIRA, assim como as aplicações dos recursos totais e os saldos porventura devolvidos.

V - Transcorrido o período previsto no cronograma de execução para cumprimento da (s) etapa (s) e/ou fase

(s) de execução correspondente ao montante dos recursos já recebidos sem que tenha sido apresentada a prestação de contas respectiva, a ENTIDADE PARCEIRA será registrada como inadimplente no Sistema de Contabilidade do MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO.

VI - A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, bem assim à certificação do cumprimento da etapa (s) e/ou fase (s) de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado da unidade gestora, responsável pela fiscalização e avaliação da execução deste Termo.

VII - Quando da Apresentação das Prestações de Contas Finais ou coincidentes com o encerramento do Exercício fiscal, deverá encaminhar ao MUNICÍPIO prestações de contas de todos os recursos recebidos no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do término, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, documento elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.
- b) Demonstrativo integral das Receitas e Despesas onde sintetizará todos os lançamentos apresentados nos demonstrativos das prestações de contas parciais, conforme modelo estabelecido nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP;
- c) Demonstrações contábeis que evidenciem a contabilização do repasse no exercício, devidamente assinadas pelo responsável pela entidade e pelo profissional de contabilidade, referente ao período encerrado e anterior;
- d) Publicação do Balanço Patrimonial da organização da sociedade civil, dos exercícios encerrado e anterior;
- e) Certidão de Regularidade Profissional do responsável pelas demonstrações contábeis junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC;
- f) Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da organização da sociedade civil, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do Termo de Colaboração;
- g) Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

recursos públicos administrados pela organização da sociedade civil para os fins estabelecidos no Termo de Colaboração, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

h) Informação e comprovação da destinação de eventuais bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos recebidos à conta do Termo de Colaboração, quando do término da vigência dos ajustes;

i) Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

j) Comprovante de devolução de eventuais recursos não aplicados;

k) Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da organização da sociedade civil de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

l) Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela organização da sociedade civil, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

VIII – Em referido nas alíneas “c” e “d” do inciso VII desta CLÁUSULA SEXTA, a entidade beneficiária deverá atender as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a Interpretação ITG – 2002 referente as Entidades sem finalidade de lucros, bem como alterações posteriores.

IX – A prestação de contas de que trata esta cláusula não exime a ENTIDADE PARCEIRA de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos termos da legislação específica vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DESTE TERMO:

I - É vedada a alteração do objeto deste Termo, salvo para a sua ampliação, desde que aprovado Plano de Trabalho adicional e comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores com a devida prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO DESTE TERMO:

I - A extinção deste Termo se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Termo objeto deste, poderá ser rescindido mediante notificação escrita, com antecedência de pelo menos 120 (cento e vinte) dias, por conveniência de qualquer dos PARCEIROS, hipótese em que a ENTIDADE PARCEIRA fica obrigada a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto deste Termo, acrescidos do valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

correspondente às aplicações financeiras.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo constitui causa para sua resolução, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas de qualquer parcela, conforme prazos estabelecidos;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os Termos de Colaboração a serem firmados poderão ser extintos a qualquer tempo, por indisponibilidade orçamentária superveniente devidamente justificada.

PARÁGRAFO QUARTO – Extinto o presente Termo, os recursos financeiros não aplicados na sua execução serão devolvidos ao MUNICÍPIO na forma do disposto no Inciso VI da CLÁUSULA QUARTA, sem prejuízo da necessária prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

I - A ENTIDADE PARCEIRA é responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, respondendo pela adequada aplicação dos recursos públicos transferidos, na forma da legislação aplicável e das disposições deste Termo;

II – É de responsabilidade exclusiva da ENTIDADE PARCEIRA o pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto previsto neste Termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da ENTIDADE PARCEIRA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA:

I - O prazo de vigência deste Termo, a contar da data de publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO, será de **12 (doze) meses**, que corresponde ao período estabelecido no Plano de Trabalho para a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO:

I – O MUNICÍPIO providenciará a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Campos do Jordão, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos do Jordão, 10 de junho de 2026.

Carlos Eduardo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Cristiano Chagas Gati

Representante Legal

Venício José do Prado

Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social

TESTEMUNHAS:

NOME:

Bárbara C. C. Costa
Matrícula 12127
Secretaria de Justiça

45.945.399-3

NOME:

Luiz Fernando N. Minarini
RG 41.236.101-2
GCMW



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO**

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ENTIDADE PARCEIRA: EQUUS EQUOTERAPIA LTDA.

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº 16/2026-SD – Processo SEI nº 14204/2026-56

OBJETO: TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM EQUOTERAPIA PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

EXERCÍCIO (1): 2026

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concedor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: CAMPOS DO JORDÃO, 10 DE JUNHO DE 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA

Cargo: PREFEITO

CPF: 301.549.328-09

ASSINATURA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: CRISTIANO CHAGAS GATI

Cargo: REPRESENTANTE LEGAL

CPF: 122.101.718-73

ASSINATURA: _____

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer
Conclusivo: PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: VENÍCIO JOSÉ DO PRADO

Cargo: SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CPF: 268.370.258-21

ASSINATURA: _____

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de
contas: PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome: CRISTIANO CHAGAS GATI

Cargo: REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

CPF: 122.101.718-73

ASSINATURA: _____

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.